
REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 28 No. 2 2015

ARTIGO

ARQUEOLOGIA DE GESTÃO EM MADRI: PRESOS PELO MODELO DE ESPECULAÇÃO CAPITALISTA DO TERRITÓRIO

Carlos Marín Suárez*, Eva Parga Dans**

RESUMO

Com o fim da ditadura Franquista, iniciou na Espanha um processo sem precedentes de democracia compactuada com as elites políticas e econômicas. A novidade neste contexto de transformação estava na introdução de uma série de instituições democráticas que amparavam um modelo econômico desenvolvimentista que garantia o acesso ao consumo das massas e a maiores níveis de igualdade e liberdade, através da fórmula do livre mercado. A associação entre liberdade democrática e econômica neste contexto de transformação assentou as bases cognitivas que se relacionam com determinadas formas de “verdade” e “poder”. Madri, como comunidade pioneira na instauração da denominada arqueologia comercial ou de contrato, fundamentada na liberação do solo para a construção, é um caso paradigmático deste processo de transformação. Neste contexto, as contradições associadas ao modelo econômico que possibilitou o desenvolvimento da arqueologia comercial e do marco legal que a amparou, são aqui expostos como forma de denúncia e crítica a uma forma determinada e hegemônica de operar, abrindo-se um espaço para a reflexão e a luta.

Palavras-chave: Arqueologia Comercial, Espanha, neoliberalismo, associações profissionais, política patrimonial.

ABSTRACT

With the end of Franco's dictatorship in Spain began a process of unprecedented democracy covenanted with the political and economic elites. The novelty in this context was the introduction of a series of democratic institutions that sheltered a developmental economic model that guarantee access to mass consumption and higher levels of equality and freedom, through the formula of the free market. The association between democratic and economic freedom in this transformation context became the cognitive bases to certain forms of "truth" and "power." Madrid, a pioneer community in establishing the so-called commercial or contract archeology, based on the release of land for construction, is a paradigmatic case of this transformation process. In this context, the contradictions associated with the economic model that has enabled the development of commercial archeology and the legal

framework that sustained it, are shown here as a form of denunciation and criticism of a certain hegemonic way of operating, opening up a space for reflection and fight.

Key words: Commercial Archeology, Spain, neoliberalism, professional associations, heritage policy.

* Departamento de Prehistoria. Universidad Complutense de Madrid. Av. Profesor Aranguren s/n, Ciudad Universitaria. E-28040, Madrid. E-mail: curuxu44@gmail.com

** Instituto de Ciencias del Patrimonio, Consejo Superior de Investigaciones Científicas Socioeconomía del Patrimonio

O "TIJOLAÇO", CATAPULTA DA ARQUEOLOGIA COMERCIAL

Com a aprovação da Constituição Espanhola em 1978, foi introduzido um sistema de poderes regulamentares e administrativos, eventualmente transferido para dezessete comunidades autônomas, no qual está incluída a gestão do patrimônio arqueológico. Embora a aplicação deste sistema territorial oferecesse certa independência às regiões que compõem o mapa político espanhol, o que aconteceu na prática foi a instauração de versões diferentes de um mesmo modelo. Podemos vê-lo, por exemplo, com a introdução da arqueologia de gestão na sua versão comercial.

Mas a Espanha não inventou nada. Apenas adotou os ventos de modernidade que vinham do contexto europeu. No campo arqueológico, institucionalizou-se o princípio "quem polui, paga" através da Convenção de La Valletta (CoE, 1992) como um paliativo frente a ameaça do desenvolvimento, enquanto a lógica do capital foi legitimada para intervir e mediar em questões patrimoniais. Esse modelo foi introduzido no contexto espanhol através de diferentes regulamentações estatais (como a Lei 16/1985) e regionais. Através deste princípio, a intervenção arqueológica ficou a mercê dos interesses dos investidores (empresas de construção, departamentos de planejamento ou qualquer outro), sempre e quando obedecem a determinadas garantias patrimoniais, geralmente dependendo das nuances das regulamentações regionais, de sua interpretação e da chefia política local.

A conversão da arqueologia em prática profissional foi institucionalizada sob a lógica do mercado (antes deste processo de regulamentação, a arqueologia tinha sido realizada somente para fins de pesquisa), favorecendo a sua instrumentalização, associada com a reclassificação do solo e a sua conversão em terreno para construção, chave da prosperidade econômica espanhola. A atividade de construção representou 7,7% do PIB no período 1980-1990 e atingiu 12% em 2006, um valor bastante elevado em comparação com outros países europeus. Em casos como Madri, o patrimônio tem desempenhado um papel de protagonista nessa "destruição criativa" pela qual o excedente do capital é absorvido mediante a transformação urbana, através da criação de novas geografias sobre o colapso das velhas. Este processo, sempre violento, geralmente tem uma dimensão de classe: os mais pobres e desfavorecidos, os marginalizados do poder político, são aqueles que mais sofrem (HARVEY, 2013:36-37). Assim, a gestão arqueológica (como acontecia em outras áreas de interesse público, como a ambiental) tornou-se um nicho de mercado através do qual se podia ganhar (e muito) dinheiro, independente do valor social associado ao patrimônio.

No contexto da Espanha, vários estudos têm analisado a relação perversa entre as garantias patrimoniais associadas aos regulamentos regionais e a inclusão da arqueologia como atividade de mercado (DIAZ DEL RIO, 2000; GONZALEZ, 2013; MOYA, 2010; VIDAL, 2005). A demanda sem precedentes de relatórios de impacto arqueológico favoreceu o nascimento e o desenvolvimento de um forte mercado de trabalho associado com a prática arqueológica. Muitos profissionais e empresas encontraram nesta nova atividade uma fonte de emprego e renda. Entre 1985 e 2009 foram criadas 273

empresas de arqueologia (parece que antes da publicação do regulamento sobre gestão patrimonial não havia nenhuma) e mais de 2500 postos de trabalho ligados a essas organizações foram registrados, além dos milhares de pessoas que eram autônomas (e sobre as quais não existem dados ou registros).

A transformação do setor foi além do âmbito empresarial. A arqueologia como prática racional e tecnicizada implicou em um processo de objetivação e sofisticação do conhecimento, adquirido por um processo de treinamento formal e apoiado pela administração pública em função do projeto. O *boom* da atividade arqueológica resultou em um aumento do número de matrículas e ofertas de títulos universitários em áreas relacionadas com esta prática. Também foram consolidados museus, centros de pesquisa, departamentos acadêmicos e administrativos e serviços públicos. A arqueologia tornou-se um nicho de emprego novo e promissor, no qual muitos profissionais começaram a operar através de seu conhecimento especializado, chave na libertação do solo em um mercado altamente valorizado.

A instrumentalização da prática arqueológica e seu crescimento rápido mostraram contradições associadas com um modelo dependente da lógica do capital. Os profissionais encontraram-se trabalhando em uma lógica dissociada, agindo como gerentes da proteção patrimonial (estabelecida pelos regulamentos), mas em constante conflito com a lógica da eficiência do mercado livre (competição nos orçamentos e a necessidade de ganhar dinheiro para sustentar a atividade). A prática arqueológica passou a depender do bom trabalho e da ética individual. Além disso, a mediação da administração pública como mecanismo de controle sobre o mercado do solo favoreceu a sua inclusão na lógica do capital: os interesses privados, os abusos de poder por funcionários públicos e a corrupção local (independente das siglas políticas) encontraram no contexto espanhol um caldo de cultivo. Os contratos e concessões duvidosos decorrentes, associados às reclassificações do solo, têm sido conhecidos como o modelo do "tijolo" e Espanha como um dos seus representantes mais proeminentes na cena internacional (HARVEY, 2013:31-32). Em 2015 foram quantificados 1700 casos e mais de 500 alegações de corrupção.

Para a gestão do patrimônio arqueológico, derivada desta prática especulativa, foi idealizado o Modelo Madri da Declaração de Bens de Interesse Cultural (BIC) de grandes áreas com potencial arqueológico sob a figura de "zona arqueológica". Uma vez que estas áreas eram constituídas como BICs, a Dirección Geral do Patrimônio Histórico (DGPH) da Comunidade de Madri (CAM) estabelecia regras para a proteção do patrimônio arqueológico, a serem incluídas nos planejamentos urbanos dos municípios com Zonas Arqueológicas (CASTILLO, 2004:100). Mas neste contexto econômico o Modelo Madri falhou. Na verdade, o Modelo Madri não pode ser caracterizado por seu sucesso, mas pela precariedade de trabalho e pela destruição continuada do patrimônio arqueológico.

A arqueologia comercial, decorrente de políticas econômicas socialdemocratas que desrespeitaram o valor social do patrimônio, tornou-se parte de um setor de serviços altamente instável, dependente de fatores externos e temporários: um mercado de solos flutuante e dependente das crises

cíclicas do capitalismo avançado. Madri é um dos exemplos mais proeminentes da introdução do chamado mercado livre e representativo de um caso extremo de arqueologia em contextos pós-industriais (DIAZ DEL RIO, 2000:7), registrando o maior número de intervenções arqueológicas na Espanha. Em 2008, o último ano antes da explosão da crise com o estouro da bolha imobiliária, só em Madri registrou-se 1700 intervenções arqueológicas nas quais trabalharam mais de 600 pessoas e, pelo menos, 45 empresas. Porém, este modelo expansivo, instrumental e com base na lógica da eficiência, foi uma miragem de curta duração. O colapso e exaustão do setor da construção, como resultado da crise econômica de 2008, teve um efeito devastador sobre a arqueologia espanhola. Em 2013 desapareceram 42% das empresas arqueológicas junto com 66% dos postos de trabalho associados; os empregos que permaneceram foram caracterizados por alta sazonalidade (dependendo da demanda baixa e volátil) e precariedade (baixos salários).

MADRI: DA IMPOSSIBILIDADE AO CONSENSO

Um exemplo paradigmático do Modelo Madri foi o que aconteceu com a reforma da estrada M-30 que circunda a capital, construída no tardo-franquismo. Em 2004, o conselho da cidade, governado pelo Partido Popular (PP) de direita, decidiu enterrar um importante trecho ao leste e sul desta estrada (cerca de 30 km), perto do rio Manzanares, um enclave de grande valor patrimonial e cenário da origem da arqueologia e da paleontologia no século XIX (FERNÁNDEZ, 1980), com sítios listados em praticamente todos os períodos pré-históricos e históricos, incluindo as pontes de Toledo e Segóvia. Mas os principais problemas da obra não seriam apenas de caráter patrimonial, uma vez que a estrada iria triplicar o número de faixas de rodagem em cada sentido, o que aumentaria o tráfego em 60%, implicando em um aumento considerável da poluição às margens do rio de Madri e de seu pulmão verde, Casa de Campo, em uma cidade na qual mais de metade dos dias do ano já ultrapassou os limites de poluição impostos pela União Européia. Além disso, como foi denunciada pela oposição e por diferentes grupos, a cidade de Madri ficaria com uma enorme dívida. Mais de 10 anos depois, sabemos que os custos da obra estão estimados em cerca de € 1.700.000.000; porém, pelos juros da dívida os moradores de Madrid vão acabar pagando cerca de 10.406 milhões de euros. O cálculo de uma dívida de 35 anos para a cidade de Madri, feito em 2004, não parece errado.

Esta obra faraônica marcou a origem do transbordamento da dívida municipal que agora, durante a crise econômica, afoga o Conselho de Governo. Esta obra e outras similares, como a extensão da estrada M-501, é sintomática do modelo democrático do tardo-franquismo, impulsionado com particular virulência pela sucessão de governos dos "*Spanish neocon*" (CARMONA *et al.*, 2012:158-164) do PP, tanto na CAM, como na prefeitura da capital. Enquanto o peso da carga fiscal foi aumentado nas classes mais pobres, as oligarquias eram descarregadas ("keynesianismo reverso"), as parcerias mafiosas público-privadas se espalhavam nos processos de privatização dos serviços públicos e as leis do solo (nacionais e regionais) eram modificadas para permitir um "todo

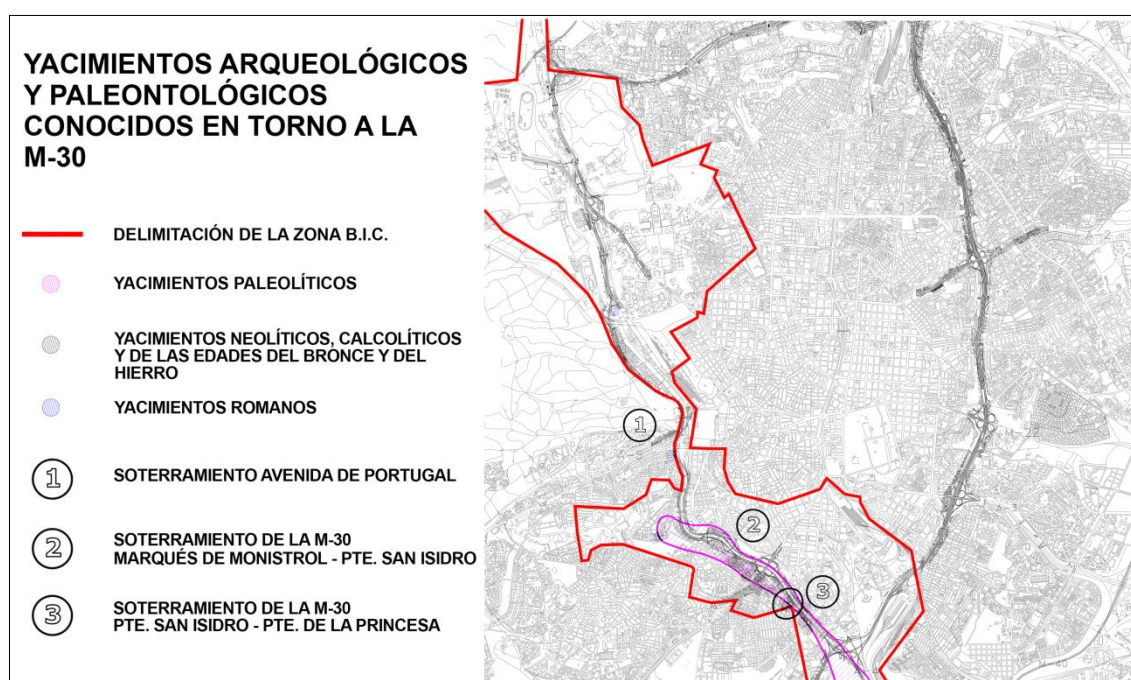
urbanizável", através da desregulamentação do urbanismo que deixou enormes lucros no bloco oligárquico (bancos, construtoras e promotoras) ligado a políticos do PP. Ao mesmo tempo, eram promovidos o desenvolvimento da democracia e da participação cidadã. No caso das obras na M-30 foi dito que "o governo municipal quer que o projeto seja altamente participativo. Durante o período de informação pública, os cidadãos puderam apresentar as suas observações e sugestões antes da aprovação final". Mas nas reuniões municipais a informação sempre foi opaca, escassa e mutável; além disto, foram concedidos prazos insignificantes de 20 dias para fazer alegações e estas nunca foram vinculadas, nem discutidas publicamente ou em qualquer órgão colegiado com a participação dos oponentes do projeto.

Mas gostaríamos de enfocar, em particular, a forma como os arqueólogos de Madri reagiram a esta questão. Um dos principais problemas foi a isenção para a obra de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) que, segundo as normas europeias,

Identificará, descreverá e avaliará de forma adequada (...) os efeitos diretos e indiretos de um projeto sobre a população, a fauna, a flora, o solo, o ar, a água, os fatores climáticos, a paisagem e os bens materiais, incluindo o patrimônio histórico, artístico e arqueológico.

Ao isentar esta obra da AIA, foram violadas leis nacionais e regionais. O truque da administração local foi cosmético, tornando esta estrada numa rua (renomeada como "Rua 30") e cortando o trabalho em quinze subseções para fugir de todas as leis que exigem uma AIA. As *Terrazas del Manzanares* foram declaradas como BIC, a maior figura de proteção patrimonial da lei do patrimônio espanhol e da lei do patrimônio histórico da CAM.

Figura 1 – Mapa do plano urbano de Madri (cinza claro) com o traçado da estrada M-30 (cinza escuro), e indicação do traçado do BIC Terrazas del Manzanares e dos principais sítios arqueológicos e paleontológicos conhecidos antes de iniciar-se as obras.



Nesse mesmo ano, e em torno do grupo Ecologistas em Ação, foram coordenadas associações de moradores das zonas afetadas, plataformas cidadãs, grupos ambientais, partidos minoritários de esquerda, sindicatos e partidos políticos da oposição para combater essa loucura especulativa e destrutiva. Daí surgiu a "Plataforma M-30 Não Mais Carros", desde a qual foram desenvolvidas iniciativas de denúncia e sensibilização (reuniões, eventos de informação, demonstrações, abaixo-assinados e apoios) e foram solicitados relatórios técnicos a várias Universidades de Madri sobre os riscos para saúde que implicaria o aumento considerável no tráfego. Várias pessoas recém formadas e jovens pesquisadores do Departamento de Pré-História da Universidade Complutense acreditavam que os arqueólogos tinham que participar desta plataforma e, portanto, foram chamadas várias reuniões para fundar a "Plataforma de Coletivos de Arqueologia", a fim de juntar em uma só voz a arqueólogos empresários, trabalhadores em empresas de arqueologia, pesquisadores independentes, acadêmicos, estudantes, bolsistas de pesquisa, arqueólogos técnicos da municipalidade, arqueólogos de museus... Partimos da ideia de que a luta por uma melhor gestão, conservação, estudo e divulgação do patrimônio arqueológico não devia ser um compromisso exclusivo dos profissionais, mas uma consequência de ações coletivas. Nossa participação como arqueólogos na "Plataforma M-30 Não Mais Carros" permitiria atingir esse objetivo através de um trabalho comum, horizontal, plural e participativo com todos os cidadãos e coletivos relacionados, de alguma forma, com o mundo da arqueologia, da história e de seus focos de memória/patrimônio. Com a criação de discursos coletivos sobre estas questões, poderíamos melhor combater a mercantilização da cultura ou a subordinação dos interesses culturais aos especulativos.

Além disso, sabíamos que a M-30 era uma ameaça para o patrimônio. Naqueles anos já tinham acontecido outros mega-projetos especulativos com resultados infelizes. As obras para criar estacionamento na Rua Bailén perto da Plaza de Oriente, epicentro da fundação muçulmana da cidade, tinha destruído importantes vestígios da Madri islâmica (muros e fortificações), do traçado urbano medieval cristão (incluindo igrejas românicas e conventos), da casa do tesouro do tempo de Filipe II, e assim por diante. Hoje, essas escavações precipitadas e mal desenvolvidas, nem sequer têm sido publicadas corretamente. Na aldeia vizinha de San Martín de la Vega a criação de um parque de diversões da Warner Bros levou a devastação de grandes depósitos Calcolíticos, da Idade do Bronze, de várias fazendas e de um cemitério medieval em uma área natural de elevado valor ecológico, dominada pelo sítio Gózquez, uma aldeia que pertencia a Filipe II. A ampliação do aeroporto de Barajas também produziu bastante trabalho para as empresas de arqueologia por causa da densidade e variedade de sítios neste trecho do vale do rio Jarama. As pressões, o caos organizacional e a má gestão das escavações resultaram em uma documentação muito ruim, em que para a sociedade, mais uma vez, não chegara nenhum dado do conhecimento histórico gerado no local. Os relatórios técnicos destas mega-intervenções arqueológicas, bem como os de outras

intervenções menores, ainda continuam acumulando-se nas prateleiras do DGPH da CAM.

De assembleias bem assistidas nas duas primeiras chamadas, rapidamente passamos a um pequeno grupo militante. A "Plataforma de Coletivos de Arqueologia" tornou-se, ironicamente, em um único coletivo de uns quantos arqueólogos recém formados que combinavam a pesquisa aplicada com a gestão arqueológica. Em perspectiva, é possível que nossa visão fosse ingênua, na tentativa de criar uma plataforma de arqueólogos ancorada na ideia da multivocalidade e no desejo de integrar diferentes vozes dos agentes, grupos ou instituições que compõem o campo da arqueologia em Madri. Mas são todas as vozes iguais? É necessariamente progressivo deixar a todos falar? Não é este "fundamentalismo democrático" e a busca de consenso uma forma de pós-política que anula a potência crítica e subversiva das nossas lutas? (GONZÁLEZ, 2010; segundo ŽIŽEK). Hoje sabemos a impossibilidade e o risco envolvido na busca de consenso (MOUFFE, 2011), de não ter posições claras a partir das quais luta cada coletivo. Como combinar na mesma luta aos empresários que obtinham enormes lucros com as escavações arqueológicas geradas pela M-30, com os trabalhadores precários que desenvolviam o seu trabalho de forma insegura, sem as medidas mínimas de saúde e segurança e com contratos temporários e mal pagos? Como combinar na mesma luta os professores universitários com os estudantes e bolsistas de pesquisa, com quem mediam vários mecanismos de exploração social nas escavações de pesquisa, nas aulas ou nos laboratórios de arqueologia? Como atrair para nossa luta os técnicos da DGPH, cujos empregos estão em uma tensão constante entre a legalidade atual e as diretrizes políticas definidas "de cima"?

Além disso, a manobra política por parte do governo conservador da CAM, competente no campo patrimonial, foi bastante hábil. Para efetivar a "gestão e proteção do patrimônio arqueológico e paleontológico", a DGPH propôs uma série de medidas para substituir as AIAs obrigatórias. A mais importante foi a criação de uma "Comissão de Aconselhamento Arqueológico e Paleontológico" dos trabalhos na M-30 que tinha a função de ajudar aos responsáveis pelas obras com respeito ao patrimônio, mantendo o controle do trabalho e aconselhando sobre as soluções mais adequadas no caso de que fossem encontradas evidências. Esta comissão teve profissionais reconhecidos. Além de ser multidisciplinar também foi multi-institucional, pois seus membros pertenciam às principais instituições de Madri relacionadas com arqueologia e paleontologia. Com esta jogada política, as principais instituições de Madri ligadas à arqueologia ficaram do lado do governo municipal e de seu trabalho ilegal e faraônico. Na plataforma percebemos, infelizmente, que nesta luta concreta os empresários e os professores universitários não estavam dispostos a se envolver, mesmo aqueles que ditam palestras sobre a gestão do patrimônio arqueológico. A arqueologia universitária foi tímida e covarde, renunciando ao seu papel crítico, em alguns casos em conivência com a ilegalidade da obra e com a violação das normas regionais sobre patrimônio e ambiente.

"A LUTA É O ÚNICO CAMINHO"

Ao longo de 2007, a decepção e a frustração entre os arqueólogos precarizados de Madri eram cada vez mais evidentes. Os mega-projetos, como o da M-30, davam trabalho para centenas de colegas, mas os contratos temporários, os salários insuficientes, a falta de medidas de segurança e higiene, a urgência dos trabalhos, a documentação pobre, a destruição de bens patrimoniais diante de nossos olhos, a frequente contratação sob a figura ilegal do falso trabalhador autônomo ou a ausência de um acordo coletivo de trabalho específico para a arqueologia foram acelerando o descontentamento. Houve vários eventos que levaram à consciência. Em julho de 2003 foram realizados os estudos arqueológicos antes da construção da M-50, o anel viário de Madri. Graças a eles foi documentado um sítio excepcional, umas minas neolíticas de sílex formadas por galerias verticais onde os objetos arqueológicos eram abundantes. A empresa "*Trabajos de Arqueología y Restauración, Soc. Coop. Mad.*", mais conhecida como TAR, fez três campanhas arqueológicas (CAPOTE *et al.*, 2006). Mas este sítio não é só famoso por suas particularidades ergológicas, mas também por ser o primeiro exemplo em Madri onde os trabalhadores fizeram uma greve e uma luta coletiva, pedindo medidas mínimas de segurança e higiene à empresa ao ter que arriscar as suas vidas descendo para escavar as galerias verticais, bem como uma contratação direta e não sob a figura ilegal do falso trabalhador autônomo. Os trabalhadores obtiveram uma inspeção do trabalho que impôs uma sanção à empresa pelas condições de trabalho em que realizavam o seu papel os arqueólogos.

Por outro lado, os colegas catalães fizeram a primeira manifestação de trabalhadores em arqueologia através da seção sindical na companhia de arqueologia Codex da Anarco-sindicalista Confederación Nacional do Trabalho (CNT), com reivindicações similares àquelas acima mencionadas. Não era a primeira união da arqueologia — desde 2002 existia a CSIAC, *Central Sindical Independent d'Arqueòlegs de Catalunya* — mas sim a organização sindical mais ativa na defesa dos direitos dos trabalhadores que aglutinou outras seções que operavam de forma dispersa e onde os trabalhadores foram organizados de forma horizontal e mediante assembleias (CNT-CÓRDOBA, 2012; GARCÍA, 2007; MOYA, 2010:19).

Nesse ambiente e com esses precedentes foi realizada a primeira assembleia de trabalhadores em arqueologia de Madri, no espaço cedido pela livraria e editora "*Traficantes de Sueños*", no bairro de Embaixadores. Esta assembleia e outras que se seguiram foram catarses coletivas que serviram como terapias de grupo, compartilhando nossos problemas pessoais com os demais para perceber que eram problemas coletivos e estruturais. Organizados de forma horizontal, as decisões sempre foram tomadas, até hoje, por unanimidade. Para acelerar as atividades, formamos grupos de trabalho. Um deles foi encarregado de contatar os principais sindicatos para conhecer a forma mais adequada de organização. Porém, fomos ignorados pelos principais sindicatos — *Comisiones Obreras* (CCOO) e *Unión General de Trabajadores* (UGT). Eles não entenderam as nossas exigências e nem souberam em qual seção nos enquadrar como profissão. No entanto, os anarco-sindicalistas da CNT e da

Confederación General del Trabajo (CGT) não hesitaram em aceitar o nosso convite e nos aconselharam nas primeiras assembleias. De seus conselhos surgiu a ideia de formar uma assembleia de trabalhadores independente de qualquer sindicato por causa da especificidade do nosso caso. Assim, em 15 de novembro de 2007 nasceu a *Asociación Madrileña de Trabajadores y Trabajadoras en Arqueología* (AMTTA).

A AMTTA nasceu como uma associação apartidária e fora de qualquer sindicato, motivada por duas preocupações: a insegurança do emprego que se vivia/vive na arqueologia em Madri e a destruição implacável do patrimônio. Portanto, desde o início combinou características de um sindicato (assembleias de trabalhadores) com as de um movimento social preocupado com o modelo de cidade e a gestão patrimonial. Um dos seus principais objetivos iniciais foi alcançar melhores condições de trabalho para os trabalhadores neste campo. Para este fim, um dos primeiros passos foi a elaboração de um decálogo que marca as diretrizes de ação da associação até hoje: criar um acordo coletivo em arqueologia para a CAM que regule as condições de trabalho no sector; definir categorias profissionais, juntamente com os requisitos, as remunerações e as tarefas de cada categoria; promover atividades de promoção profissional para os trabalhadores; adotar normas de segurança e higiene; trabalhar para o reconhecimento social e institucional da atividade arqueológica profissional; desenvolver um código de conduta para uma práxis profissional adequada; e encorajar atividades que permitam uma maior aproximação entre arqueologia e sociedade (AMTTA, 2008).

Figura 2 - Cartaz e uma das concentrações informativas organizadas pela AMTTA nas portas de cinemas para divulgar a situação de precariedade de trabalho dos arqueólogos madrilhenhos, aproveitando a estreia do filme *Indiana Jones e o reino da caveira de cristal*.



Desde o seu nascimento, a associação ficou imersa nestas lógicas ambidestras, dissociativas, que referimos acima, uma vez que o nosso desejo de proteger, gerenciar e socializar o patrimônio foi mediado por uma gestão capitalista hegemônica do território que produzia evidências arqueológicas, mas também era a causa de sua destruição "científica". Além disso, neste turbilhão arqueológico os projetos modificados para a preservação integral ou parcial de algum sítio podiam ser contados nos dedos. Estávamos cientes, e

vítimas, de nosso papel social, complexo e contraditório, em relação à destruição e má gestão do patrimônio. Éramos parte da causa, pois participávamos ativamente neste sistema, e da solução do problema, pois este era um dos principais objetivos da associação. No entanto, apesar de ficar imersos nesta dupla tensão, com os problemas éticos associados com uma prática profissional que combina duas economias morais opostas — a do cientista social e a de técnico cuja única ética é definida pela relação contratual (DIAZ DEL RIO, 2000:13)—, achávamos possível reunir essas duas lógicas divergentes em um código de conduta para a profissão. Além disso, estávamos cientes de que havia muitos espaços para manobra política. Mediante negociações com a administração, a sensibilização do público, a negociação com partidos políticos e a reivindicação de um desenvolvimento legislativo — por exemplo, de um regulamento arqueológico para desenvolver a lei do patrimônio da CAM — achávamos que poderíamos reverter a balança da destruição/conservação do patrimônio e melhorar a nossa situação de trabalho.

Neste sentido, a AMTTA foi uma evolução em relação à estratégia política a seguir por causa de uma consciência de classe como trabalhadores precários ou semi-proletários. Houve um colapso social que supôs, para o coletivo de arqueólogos, a introdução de alguns de seus membros na estrutura geral de produção de mais valia e nas muitas contradições inerentes à gestão do patrimônio. As pequenas empresas e cooperativas, ao começo do modelo na década de 1980, levaram a uma ampla gama de arqueólogos profissionais devido ao aumento exponencial de obras e megaprojetos. A maioria dos arqueólogos tinha vendido seu trabalho como semi-proletário ou proletário; porém, alguns outros eram os contratantes, incluídos no grupo de pequenos capitalistas e da pequena burguesia. O arqueólogo contratado como operário, assistente ou técnico realizava trabalhos mais relacionados com aqueles do trabalhador livre do que aqueles do profissional livre (DIAZ DEL RIO, 2000:8, 13), embora muitos fossem contratados ilegalmente, como falsos trabalhadores autônomos. Além disso, a maioria dos membros do coletivo ganhava salários perto do salário mínimo inter-profissional (GONZÁLEZ, 2013:161; MOYA, 2010:21; com dados de 2009).

Estávamos plenamente conscientes como cientistas sociais (como tínhamos imaginado durante a formação universitária) que tínhamos nos tornado técnicos precarizados, cuja principal tarefa era libertar o solo para permitir a exploração capitalista do território. Além disto, a crise econômica foi precedida por outra crise prévia, desta vez de valores. A fina linha vermelha da arqueologia contratual, que separa a manutenção de critérios de qualidade aceitáveis na gestão do patrimônio arqueológico da busca da máxima rentabilidade comercial e empresarial, tinha sido varrida do mapa há muito tempo, inclinando-se para o segundo polo (VIGIL-ESCALERA, 2011:20). Internalizar esta situação e tornar-se consciente do que estava acontecendo foram essenciais para que a busca de consenso das lutas anteriores fosse abandonado em favor de uma "guerra de posições", com a construção de uma identidade coletiva de classe e uma estratégia que poderíamos definir como contra-hegemônica e antagônica, mas, seguindo a terminologia de Chantal

Mouffe (2011:27-28), deixando a porta aberta para o antagonismo, ou seja, para uma negociação com os nossos adversários (empresários, políticos, administração e, em certos aspectos, também a universidade e outros arqueólogos) para permitir melhorias substanciais, modificando práticas, legislação e instituições.

Em 2008, com o início do trabalho da AMTTA como associação, ficamos sabendo pela imprensa que o Tribunal Contencioso-Administrativo No. 22 de Madri havia resolvido que a ampliação da M-30 tinha violado as normas e leis de proteção da saúde, ambiente e patrimônio histórico e cultural. A sentença recolheu todos os argumentos apresentados por "Ecologistas em Ação", incluindo os argumentos patrimoniais feitos pela plataforma de arqueólogos, e usou os argumentos do Tribunal de Justiça da União Europeia, o mais alto tribunal da UE. Apesar do apoio moral e do golpe à tese defendida pelo município de Madri e grande parte do *establishment* arqueológico regional, a obra já estava quase completa; assim, a sentença não teria nenhuma consequência prática. O ritmo lento da justiça deixava sem proteção efetiva ao ambiente e ao patrimônio histórico.

Enquanto isso, a partir MATTA e entre outras atividades (GARCÍA, 2012), seguimos os passos de Catalunya na luta por uma convenção coletiva de trabalho para a arqueologia em Madri. Insistimos em sua escrita, inspirados por outros exemplos nacionais e europeus, através de um trabalho coletivo e a supervisão de um advogado. Uma vez elaborada, passamos à fase de negociação coletiva com as empresas do sector em Madri. Sabíamos que encontraríamos os mesmos problemas que as negociações coletivas em outras regiões: a falta e/ou a passividade dos interlocutores empresariais, a luta interna entre os arqueólogos e o jogo sujo dos principais sindicatos nas fases finais do processo (MOYA, 2010:21), sem cuja assinatura não era possível validar o acordo. O que não imaginávamos foi que a categoria patronal nem sequer seria formada. Sem um interlocutor, com o qual negociar, era impossível levar a convenção coletiva em frente, como é determinado por a lei. A última reforma trabalhista do PP, em 2012, arrasou os direitos dos trabalhadores espanhóis, pois, entre outras coisas, reduziu a aplicabilidade das convenções coletivas de trabalho (González 2013:161), forçando-nos a deixar na gaveta o trabalho de vários anos (AMTTA, 2012b).

Além disso, este processo de trabalho e luta coletiva ocorreu em paralelo com os efeitos do estouro da bolha imobiliária a partir de 2008. Como vimos, a desaceleração na construção supôs, como efeito dominó, que centenas de arqueólogos sobraram no mercado de trabalho. Muitas empresas passaram de contratar dezenas de arqueólogos e manter várias obras simultâneas para ficar, exclusivamente, com os sócios fundadores para se adaptar ao fornecimento escasso e esporádico de empregos em obras presentes. Os salários caíram drasticamente e baixou a qualidade técnica dos trabalhos que, por outro lado, nunca tinha sido próximo ao desejável (VIGIL-ESCALERA, 2011:18). Em AMTTA isso significou passar das assembleias massivas dos primeiros anos, com várias comissões de trabalho e onde havia trabalhadores das empresas líderes em Madri, a assembleias de não mais de 12 membros a partir de 2011.

Apesar da redução drástica do número de participantes nas assembleias da AMTTA e da derrota que supôs a reforma trabalhista do governo do PP em 2012, a associação começou uma nova ofensiva, desta vez contra o projeto de lei do patrimônio da CAM que representava um claro retrocesso na proteção do patrimônio histórico no que diz respeito da lei de 1998. A solução do PP para superar a crise econômica causada pela liberalização do solo que esse partido tinha aprovado foi apostar no mesmo modelo, no qual o patrimônio não é mais do que um mero obstáculo administrativo. A desregulamentação patrimonial tende a que o "patrimônio seja rentável", nas palavras dos responsáveis do PP na CAM, ainda que sejam violados artigos da Constituição Espanhola, da Lei de Patrimônio Histórico Espanhol de 1985 e dos acordos internacionais assinados pela Espanha, como o de Proteção do Patrimônio Arqueológico de La Valetta, de 1992. A primeira medida tomada por a AMTTA foi a elaboração de alegações contra o projeto, propondo um texto alternativo (AMTTA, 2012a).

Outro dos acontecimentos de 2012 foi a inclusão da AMTTA na associação "Madri: Cidadania e Patrimônio" (MCyP), uma plataforma que coordena o trabalho de diferentes associações e coletivos que defendem o patrimônio histórico, artístico, cultural, social e natural da CAM. Arquitetos, urbanistas, ambientalistas, associações de moradores em defesa do seu patrimônio, projetos autogeridos, associações de memória histórica e, agora, arqueólogos nos reuníamos para coordenar nossas lutas e realizar ações conjuntas. Uma das principais frentes logo depois de entrar a AMTTA na MCyP foi contra a regressiva reforma da lei de patrimônio. No caso de que uma nova lei fosse necessária — algo que, em princípio, éramos contra — pedimos que a sua redação fosse democrática, que os artigos assinalados fossem corrigidos e os profissionais e setores afetados fossem incluídos, como aqueles coordenados pela MCyP (TORIJA, 2012).

A inclusão da AMTTA na MCyP foi um impulso para a associação, pois o que eram lutas isoladas agora eram ações apoiadas pelos outros coletivos. Na MCyP acontece um reforço mútuo, uma colaboração entre diferentes especialistas e sensibilidades e um trabalho contínuo nas lutas patrimoniais que tem contribuído à formação de uma institucionalidade alternativa, referente para a mídia e os partidos políticos. Além disso, na MCyP acontece a equivalência das lutas das associações e plataformas que a compõem. O mesmo poderia ser dito da estreita relação da AMTTA com outras associações profissionais e sindicatos de arqueólogos baseados em posições semelhantes no campo político, em motivações compartilhadas (GONZÁLEZ, 2013:164) e em "lógicas de equivalência", mantidas dentro da autonomia e da horizontalidade (LACLAU, 2014:19-20). Estas lógicas de equivalência não existiam na "Plataforma M-30 Não Mais Carros", já que alguns de seus membros, como o Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE), não compartilhavam as estratégias e muito menos os alvos. Desde o início do período pós-ditadura, o PSOE tem sido um parceiro do PP no apoio de um sistema de dois partidos (conhecido na rua como PPSOE) que se apresenta como localizado no centro do espectro político (centro-esquerda e centro-direita), mas, na verdade, há mais de 30 anos tem sido o arquiteto de políticas profundamente conservadoras e neoliberais, da

obliteração do público, do freio ao avanço da democratização do país e da destruição dos movimentos sociais, bem como da manutenção das formas socioeconômicas da tardo franquismo (MONEDERO, 2013). Na AMTTA queríamos aprender com os erros anteriores e, portanto, achávamos necessário discriminar os coletivos com os quais convergíamos nas lutas específicas. Isto dá porque o fechamento relativo do espaço é necessário para a construção discursiva do antagonismo; uma interioridade exclusiva é necessária para formar uma totalidade que permita dividir esse espaço em dois campos. A autonomia dos movimentos sociais é mais do que uma exigência para que certas lutas possam se desenvolver sem interferência: é uma exigência para que o antagonismo possa emergir (LACLAU & MOUFFE, 1987:152-153). A partir desta nova posição, visa-se mudar as práticas, desenvolvimentos legislativos e melhorias institucionais, não através de consenso, mas a partir do antagonismo.

Em 13 de junho de 2013 entrou em vigor a Lei 3/2013 do Patrimônio Histórico da Comunidade de Madri, graças à maioria absoluta do PP. Esta lei, que tem sido definida como neoliberal e retrógrada (FERNÁNDEZ, 2013:14), procura, principalmente, continuar a fornecer terrenos para os construtores. Uma vez que o modelo de construção de moradias nos subúrbios foi explorado, o foco passou para os prédios históricos dos centros urbanos, a maioria deles protegidos por seus valores patrimoniais. A construção de hotéis e apartamentos de luxo, centros comerciais, escritórios de multinacionais e cassinos parece ser a nova aposta dos governos conservadores. Uma vez que a lei foi conhecida, a resposta da AMTTA foi desenvolver um trabalho frenético e aconselhar aos partidos políticos da oposição para a elaboração de alegações ao texto legislativo. Em colaboração com a Secção de Arqueologia da CDL e com o apoio da MCyP, organizamos o "Grupo de trabalho sobre as normas de patrimônio cultural na Comunidade de Madrid", que reuniu especialistas de todo o país e de várias áreas do conhecimento (arqueólogos, arquitetos, urbanistas, advogados do município, das empresas, das universidades). Este grupo heterogêneo chegou, no entanto, a conclusões que foram escritas em um manifesto, em um abaixo assinado e em uma conferência de imprensa que compartilharam o título "Sem presente, sem futuro e agora sem passado. Para a defesa do patrimônio histórico. Não a Lei 3/13 da Comunidade de Madri". Além de aparições na mídia, realizamos protestos na frente de prédios em risco em Madri, hoje destruídos, com letras que formavam a frase: "SOS Patrimônio. Não à Lei Desprotetora". No Ateneu de Madri, organizamos o encontro "Patrimônio: o Legal, o Real" que, dias depois, foi acompanhado por uma visita guiada ao patrimônio arqueológico que não se vê, àquele destruído "cientificamente", para o bem do progresso da cidade, e que nem sequer os outros especialistas conhecem (GARCÍA, 2013; TORIJA, 2013). Javier García (2013: 25), um dos principais advogados espanhóis especialistas em patrimônio e participante de esse grupo de trabalho, assinalou: "a aprovação da Lei 3/2013, de 18 de Junho de 2013, sobre patrimônio histórico da Comunidade de Madri, é, sem exagero, o evento mais grave que aconteceu na Espanha democrática no campo da proteção de bens culturais". Garcia foi encarregado da elaboração do recurso de inconstitucionalidade contra a lei que apresentamos ao Tribunal

Constitucional. A fim de apresentar este recurso, a legislação existente exigia que fosse assinado pelo menos por 50 membros do Congresso de Deputados (Parlamento Nacional) ou 50 Senadores. Foi necessário recorrer ao PSOE e, também, a Esquerda Unida. O recurso foi julgado admissível. Em 17 de Julho de 2014 a sentença 5277-2013 do Tribunal Constitucional aceitou quase todas as alegações feitas e declarou inconstitucional 20% da lei (DIAZ DEL POZO *et al.*, 2014).

PALAVRAS FINAIS

As perdas massivas de emprego associadas à atividade arqueológica, a devastação patrimonial, o esgotamento do modelo baseado na prática comercial e as disfunções das normas evidenciadas pela multiplicidade de casos de corrupção política ressaltam o desafio ao discurso objetivado sobre a eficiência do livre mercado e a sua finalidade estratégica. Ser um empreendedor não é o mesmo que ser um arqueólogo. Esse tipo de associações tem criado uma jurisdição de conhecimento e poder sobre certas práticas, atacando as bases cognitivas da atividade arqueológica como prática social. Os discursos sobre a eficiência, tecnificação e liberdade (de mercado) através do capital têm sido percebidos como "verdade", como uma tipologia de conhecimento codificado de algo que ninguém sabe o que é. Mais uma vez, é evidente que o "conhecimento" e a "verdade" estão relacionados com o exercício e a reprodução do poder (FOUCAULT, 2002).

O cataclismo da arqueologia espanhola como atividade comercial abre um caminho de reflexão em que a legitimidade da arqueologia só pode vir de uma conexão real com o público e o social, aquela para o qual, supostamente, tinha sido feito o teatro normativo. Os exemplos de pequenas elites burguesas corruptíveis à lógica do capital (seja desde áreas administrativas, acadêmicas ou produtivas ou através de práticas ilegais e cúmplices) e a fragilidade dos grupos de pressão (coletivos alienados, explorados e marginalizados do sistema) colocam o horizonte da arqueologia como uma prática política crítica, subversiva e emancipatória. Uma arqueologia política, social, emocional e comovida, com agência em termos de luta, só pode tomar forma através da legitimidade inerente aos processos inclusivos e às alianças (além de profissionais, gestores, políticos, empresas e academia e de estatutos geográficos), ou seja, através de um discurso radicalmente diferente da "verdade" e "poder". Isto não significa diluir nossas lutas em outras mais amplas ou criticar o modelo de arqueologia de gestão a partir de uma perspectiva externa ou a partir da falsa dicotomia "arqueologia acadêmica/arqueologia empresarial". Propomos analisar e tomar consciência sobre as formas de exploração social e devastação, ligadas ao nosso campo específico, a fim de ganhar autonomia e marcar as posições de cada um dentro do campo arqueológico e, dali, estabelecer alianças com grupos semelhantes. Neste sentido, a compreensão das lógicas de exploração social e trabalhista na arqueologia de gestão, assim como as fórmulas de destruição do patrimônio que envolveu esta prática "normatizada", é um passo inevitável para envolver aos arqueólogos em lutas mais amplas, juntamente com outros grupos sociais.

Os problemas que enfrenta a arqueologia são mais um exemplo das contradições congênicas do sistema capitalista global que celebra a máxima eficiência, sob a defesa ideológica das elites políticas (por meio de normativas) e ilustradas (soberanas do conhecimento científico-acadêmico), e que a partir da hegemonia institucional e discursiva, têm minimizado as dissonâncias e os processos reflexivos. Os protestos dos trabalhadores no contexto de Madri são exemplos da impassibilidade com que as classes dominantes olham o saque patrimonial, derivado de lucrativos macro-projetos urbanos e da exploração humana relacionada, neste caso, aos arqueólogos que trabalham em tais projetos, sem outra possibilidade de negociação (ética, trabalhista e salarial) que os protestos sindicalizados e a luta patrimonial. Esse movimento tem sido ignorado ou criticado por alguns intelectuais que desde seus tronos civilizados (ou seja, desde uma segurança salarial e dignidade trabalhista) falam moralismos e até mesmo olham para outro lado, afastando a arqueologia comercial da arqueologia acadêmica — aparentemente não contaminada pelo capitalismo —, como se fossem duas arqueologias diferentes.

Ainda que essa discussão vá além do âmbito espanhol e da arqueologia, a experiência de Madri mostra a magnitude dos desafios institucionais contemporâneos e as suas formas limitadas de ação. Desde a AMTTA discutimos se, em última análise, estas lutas dos sindicatos de arqueólogos, associações profissionais e coletivos de defesa do patrimônio eram apenas remendos que escondiam o verdadeiro problema: a exploração capitalista do território e a reprodução de esse sistema socioeconômico, prejudicial para nossa prática. Trata-se de uma encruzilhada na qual queremos mudar um sistema ao mesmo tempo em que o sustentamos e validamos.

Há dois cenários para a análise, um deles em longo prazo e outro situado na nossa prática diária. Com respeito ao primeiro, estamos conscientes de que a arqueologia de gestão deverá desaparecer ou modificar-se substancialmente, adaptando-se a uma gestão não capitalista do território. No caso de Madri, isto passa por um modelo econômico que não esteja suportado na geração de mais valia com o solo e sobre princípios econômicos diferentes dos atuais. O modelo de gestão patrimonial em que intervém a arqueologia comercial só tem consolidado o ciclo originado no século XIX, pelo qual o patrimônio cultural que pode ser entendido como um bem comum, um pró-comum coletivo, tem passado da esfera pública à esfera privada (FERNANDEZ *et al.*, 2015). Se defendermos uma mudança de paradigma, teríamos que defender outras formas de gestão do patrimônio arqueológico; se for entendido como um pró-comum, a sua pesquisa deve ser feita pelas autoridades públicas e as comunidades locais. Desde a AMTTA, estávamos interessando pelo modelo desenvolvido na França há alguns anos, hoje já em fase de desmantelamento. Lá houve uma maior participação do Estado na arqueologia preventiva, com diferentes instituições públicas que tinham arqueólogos, desde o nível nacional, como o INRAP, até os serviços arqueológicos das províncias e municípios. Ainda que a participação do capital privado não estivesse descartada e ainda que o sistema tivesse muitas falhas (GERNIGON, 2013), era um modelo sugestivo, inspirador no que diz respeito à gestão de um bem comum. Se defendermos a saúde e a educação

publica, desenvolvidas pelo Estado, por que não uma gestão do patrimônio público e em relação direta com as comunidades locais?

Neste sentido, diante do debate sobre a ruptura radical com o paradigma dominante apresenta-se um dilema complexo, pois parece provável que a corrente contemporânea institucional vai persistir por anos, até mesmo décadas. No entanto, isso não é motivo de dissuasão para sonhar e traçar novos horizontes. A revolução da arqueologia como prática social, como lugar comum para a negociação coletiva, só pode vir de atividades transversais e inclusivas; mas não sejamos reducionistas com o inimigo, pois a luta também deve acontecer dentro do campo arqueológico, não apenas para fora.

Gustavo Verdesio (2001:650-651) chama de estudos de materialidade estratégias que permitam narrar o passado de modo informado (com base em dados empíricos) e reflexivo e desafiar, ao mesmo tempo, a forma de relacionamento dos acadêmicos com esse passado. Isto exigiria estabelecer as bases de um enquadramento disciplinar que permita um diálogo acadêmico que não seja de surdos e uma ética que possibilite e estimule o desenvolvimento de estratégias para influenciar, seriamente, a sociedade. Neste sentido, Verdesio enfatiza a necessidade de estabelecer um diálogo com os sujeitos subalternos, através de um modelo de pesquisa mais democrático e permeável aos indivíduos oprimidos. Porém, esta perspectiva parte de uma concepção da arqueologia como um todo homogêneo, como se a arqueologia não fosse um campo científico (BOURDIEU, 1994:54-77), com estrutura e leis, e com agentes distribuídos de um modo diferencial, de acordo com as suas relações objetivas; como se não houvesse conflitos, competições e dinâmicas conflitantes, nas quais entram em jogo capitais específicos (na arqueologia da gestão, o capital científico é combinado com o capital econômico), de acordo com posições subalternas ou dominantes. Sejam claros: na arqueologia também há luta de classes. Como fica demonstrada pelo caso de Madri, a luta dos arqueólogos em posições subordinadas às vezes coincidiu com as de outros grupos através de cadeias de equivalência que, em parte, são definidas pela posição subalterna de seus agentes. No caso da arqueologia em Madri este sujeito subalterno não é outro que as centenas de trabalhadores em situações precárias, consequência de uma tripla ruptura que ocorreu a partir da década de 1980: a tecnificação de um setor do coletivo para inseri-lo na estrutura de produção de mais valia; a inserção em um novo contexto de trabalho, onde a subsistência no mercado prevaleceu frente à produção de conhecimento; e o surgimento de uma classe "proletaróide" dentro da arqueologia (DIAZ DEL RIO, 2000:11-13). Não se trata, portanto, da arqueologia e de a sua relação com os subalternos, senão dos subalternos da arqueologia.

Para levar a cabo essas lutas, devemos desfazer o caminho que nos levou de cientistas sociais a técnicos liberadores de solo; assim podemos ampliar nosso foco e sair dos limites do sítio no qual trabalhamos para analisar as lutas hegemônicas e o modelo socioeconômico no qual fica imerso o patrimônio, mas sendo conscientes de que desde o campo da arqueologia não vamos erradicar as contradições do capitalismo. Se o capitalismo está em crise e vai para outro modelo é, entre outras razões, pelo esgotamento dos combustíveis fósseis e as

mudanças globais que estão produzindo a sua reconfiguração (FERNÁNDEZ, 2012). O que cabe a nós, como sociedade, é nos posicionarmos quanto ao o que essas mudanças vão gerar: sociedades mortas que buscam novas formas de feudalização das relações sociais ou sociedades vivas que exploram as rachaduras do sistema para subverter a lógica do capitalismo e avançar na democratização da sociedade. Mas, então, não estamos falando apenas de arqueologia; temos que nos situar nas lutas e nos processos em que vivemos.

Partilhamos a crítica geral feita à arqueologia de gestão como justificação científica da devastação social e ambiental que o capitalismo gera (GNECCO & DIAS, 2015), mas este debate é uma reminiscência daquele acontecido nas praças, como a Porta do Sol de Madri, quando nas assembleias do 15M se discutia se o sistema devia ser reformado ou destruído. Ao final, foram estabelecidas duas comissões de trabalho para enfrentar esta dialética: política de longo prazo e política de curto prazo. A partir deste trabalho, queremos superar a dialética dessas posições, pois as alterações radicais do sistema no longo prazo ou a subversão completa dele serão decorrentes da soma de lutas específicas, da atenção para os problemas diários dos patrimônios locais, para os seus conflitos e para as condições de exploração dos atores subalternos. Qual é a utilidade de chamar à revolução desde a estabilidade institucional, enquanto as tropas estão atoladas na lama, sem nenhuma alternativa distinta da reprodução das lógicas ambidestras do capital? A partir do trabalho diário, a partir dos contextos particulares, desde as questões patrimoniais locais, é possível gerar processos de sensibilização, capacitação e ação coletiva, como uma forma de luta. Nossa proposta é, portanto, de escala local, mas tem um objetivo muito mais ambicioso: a radicalização do Estado, como a única maneira de resistir, controlar e modificar o capitalismo. Mas nessa liga, os arqueólogos não jogariam em isolados.

A sensibilização como vítimas, ao mesmo que facilitadores do capitalismo, vai aprofundar a dimensão horizontal da sua autonomia, indispensável para o estabelecimento de parcerias de luta no aspecto vertical da hegemonia. Se quisermos alcançar um "socialismo do século XXI", teremos de saber conjugar a dimensão horizontal da autonomia e a dimensão vertical da hegemonia (LACLAU, 2014: 20). Já não serão lutas específicas da arqueologia como disciplina, mas a integração em outros movimentos sociais, participando no exercício da responsabilidade social, através da tomada de decisão e controle das instituições.

Por isso, apelamos para um horizonte de trabalho desde a área de patrimônio que priorize a discussão coletiva através de processos de participação direta desde posições horizontais para contribuir nosso grão de areia na reversão do modelo neoliberal atual de "democracias de mercado". Entendemos esta "arqueologia em luta" como uma prática militante e anti-hegemônica que visa reconhecer as dinâmicas hegemônicas, passadas ou atuais, cuja afirmação fará possível gerar cadeias de equivalência entre aspirações e experiências sociais — sindicalismo de classe, luta feminista, luta ambientalista, movimentos de bairro, projetos autogeridos, movimentos okupa... (FALQUINA *et al.*, 2006) — que, em muitos casos, estão ligados, de uma forma ou de outra,

com o "direito à cidade" (*sensu* HARVEY, 2013: 20). Acreditamos, também, na importante contribuição que pode fazer a arqueologia nas reivindicações deste direito, mediante o reconhecimento das lutas pela materialidade habitada. Finalmente, defendemos uma prática arqueológica consciente de que "as revoluções contra a ordem científica estabelecida são, incindivelmente, revoluções contra a ordem estabelecida" (BOURDIEU, 1999).

Estas lutas têm gerado uma cultura de resistência arqueológica que representa o melhor arsenal para lidar com os próximos tempos. Também é possível que possam servir como um exemplo para reflexão, especialmente quando outros países estão experimentando ciclos do capitalismo desenvolvimentista, como na Espanha, que, sem dúvida, em breve criarão um novo evento de arqueólogos precarizados, entre duas lógicas conflitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMTTA, 2008. Asociación Madrileña de Trabajadores y Trabajadoras en Arqueología. Una iniciativa ante la precariedad laboral. In: *Actas de las I Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica: dialogando con la cultura material.*, editado por OrJIA, pp 561-563. Cersa, Madrid.
- AMTTA, 2012a Alegaciones de AMTTA al borrador del anteproyecto de ley de Patrimonio Histórico de la Comunidad de Madrid. *A pico y pala. Boletín de AMTTA* 3:2.
- AMTTA, 2012b La reforma laboral supondrá más precariedad para el sector de la arqueología. *A pico y pala. Boletín de AMTTA* 2:3.
- BOURDIEU, P., 1994. *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción.* Gedisa, Barcelona.
- BOURDIEU, P., 1999 *Intelectuales, política y poder.* Eudeba, Buenos Aires.
- CAPOTE, M.; CASTAÑEDA, N.; CONSUEGRA, S.; CRIADO, C.; DÍAZ DEL RÍO, P.; BUSTILLO, M. A.; PÉREZ, J. L., 2006. Casa Montero. La mina de sílex más antigua de la península Ibérica. *Tierra y tecnología: revista de información geológica* 29:42-50.
- CARMONA, P.; SÁNCHEZ, A.; GARCÍA, B., 2012. *Spanish neocon. La revolución conservadora en la derecha española.* Traficantes de Sueños, Madrid.
- CASTILLO, A., 2004. La gestión del patrimonio arqueológico y el urbanismo en la Comunidad de Madrid. *Complutum* 15:99-144.
- CNT-CÓRDOBA (SECCIÓN SINDICAL DE ARQUEOLOGÍA), 2012. Saliendo del subsuelo: sindicalismo y arqueología. La labor de la Sección Sindical de Arqueología de la Confederación Nacional del Trabajo. *A pico y pala. Boletín de AMTTA* 1:6-7.
- DÍAZ DEL POZO, D.; TORIJA, A.; ZARCO, E., 2014. Una nueva ley de patrimonio histórico para la CAM. Reflexiones en torno a un camino accidentado. *Revista PH* 85:6-10.
- DÍAZ DEL RÍO, P., 2000. Arqueología comercial y estructura de clase. Em *Gestión patrimonial y desarrollo social.*, editado por María del Mar Bóveda, pp 7-18. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago.
- COE (COUNCIL OF EUROPE), 1992. *European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage (revisada).* 16. I. Valleta.
- FALQUINA, Á.; MARÍN, C.; ROLLAND, J., 2006. Arqueología y práctica política. Acción y reflexión en un mundo cambiante. *Arqueoweb* 8(1).
- FERNÁNDEZ, J. A., 2013. Del "dejad hacer, dejad pasar" al "dejad hacer, dejad destruir". *Apuntes de Arqueología* 27:2-5.

FERNÁNDEZ, R., 2012. *La quiebra del capitalismo global: 2000-2030. Preparándonos para el comienzo del colapso de la civilización industrial*. Ediciones de Extensión Universitaria, Montevideo.

FERNÁNDEZ, J.; GONZÁLEZ, P. A.; NAVAJAS, O., 2015. La Ponte-Ecomuséu: una herramienta de desarrollo rural basada en la socialización del patrimonio cultural. *Revista Iberoamericana de Patrimonio y Comunidad* 1:118-130.

FERNÁNDEZ, M., 1980. La arqueología en la Provincia de Madrid. *I Jornadas de Estudios sobre la Provincia de Madrid*, pp 23-32. Diputación Provincial de Madrid, Madrid.

FOUCAULT, M., 2002. *Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión*. Siglo XXI, Buenos Aires.

GARCÍA, D., 2007. L'arqueologia en lluita. Entrevista a Toni Llorca (CNT-SSC). *Estrat Crític* 1:6-10.

GARCÍA, J., 2013. La Ley 3/2013, una norma redactada para facilitar la expoliación de bienes culturales. *Apuntes de Arqueología* 1:25-28

GARCÍA, M. L., 2012. AMTTA, una respuesta al futuro de la arqueología madrileña". *A pico y pala. Boletín de AMTTA* 1:2.

GARCÍA, M. L., 2013. Aprobada una ley desprotectora de patrimonio en la Comunidad de Madrid. *A pico y pala. Boletín de AMTTA* 6:2-3.

GERNIGON, K., 2013. La arqueología preventiva en Francia: organización y problemáticas. *A pico y pala. Boletín de AMTTA* 5:3-5.

GNECCO, C.; DIAS, A. D., 2015. On Contract Archaeology. *International Journal of Historical Archaeology* 19(4):687-698.

GONZÁLEZ, D., 2013. Del precariado a la nada. La situación laboral de la arqueología comercial en el Estado español a comienzos del s. XXI. Em *Arqueología pública en España*, editado por Jaime Almansa, pp 151-168. JAS, Madrid.

GONZÁLEZ, A., 2010. Contra la pospolítica: arqueología de la Guerra Civil Española. *Revista Chilena de Antropología*, 22(2): 9-32.

HARVEY, D., 2013. *Ciudades rebeldes. Del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Akal, Madrid.

LACLAU, E., 2014. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.

LACLAU, E.; MOUFFE, C., 1987. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Siglo XXI, Madrid.

MONEDERO, J. C., 2013. *La transición contada a nuestros padres. Nocturno de la democracia española*. Catarata, Madrid.

MOUFFE, C., 2011. *En torno a lo político*. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.

MOYA, P., 2010. Grandezas y miserias de la arqueología de empresa en la España del siglo XXI. *Complutum* 21(1):9-26.

TORIJA, A., 2012. Nueva propuesta de ley sobre patrimonio en la Comunidad de Madrid: algunas reflexiones. *A pico y pala. Boletín de AMTTA* 4:3-4.

TORIJA, A., 2013. Encuentro sobre "Patrimonio: lo legal, lo real". *A pico y pala. Boletín de AMTTA* 6:6-7.

VERDESIO, G., 2001. Todo lo que es sólido se disuelve en la academia: sobre los estudios coloniales, la teoría poscolonial, los estudios subalternos y la cultura material. *Revista de Estudios Hispánicos* 35:633-660.

VIDAL, J. M., 2005. La inmodélica gestión de la arqueología en España: de servicio público a mercancía. *PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* 53:78-82.

VIGIL-ESCALERA, A., 2011. El pequeño mundo en ruinas. De la arqueología contractual española. *Arkeogazte* 1:17-20.